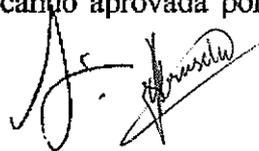


1 **COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVINHEMA**

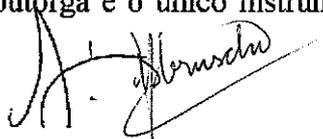
2 Rua: Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Q-3, S.3, Parque dos Poderes – CEP: 79031-902 –
3 Campo Grande – MS - Telefones: (67) 3318-6142 - E-mail: cbhrioivinhema@gmail.com

4
5 **ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

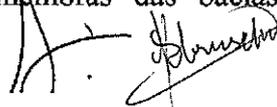
6 Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às 08 horas e 30 minutos, aconteceu
7 a 33ª reunião ordinária do CBH Ivinhema de forma virtual, pela plataforma
8 ZOOM. **Abertura:** O presidente do CBH Ivinhema, Sidenei Ambrósio Tambosi agradeceu
9 a participação de todos e após a confirmação do quórum, deu início a reunião com a
10 participação dos seguintes representantes, de acordo com lista de presença: **Membros:**
11 Claudete de F.P. de S. Bruschi (IMASUL), Eliane Maria Garcia (IMASUL), Carulina
12 Gomes de Menezes (Prefeitura Municipal de Dourados/IMAM), Danilton Luiz Flumignan
13 (Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste – EMBRAPA), José Daniel de Freitas Filho
14 (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD), Gustavo Becker Modesto Silva
15 (Prefeitura Municipal de Caarapó), Cornélia Cristina Nagel (Prefeitura Municipal de Nova
16 Andradina), Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
17 – SENAR), Tarcila Souza de Castro Silva (Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste –
18 EMBRAPA), Niuza Maria Duarte Leite (Grupo Escoteiro Laranja Doce – GELD),
19 Dulcélya Mônica de Queiroz Souza (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul –
20 SANESUL), Juari Farias de Jesus (Sindicato das Industrias de Geração de Energia Elétrica
21 - SINERGIA), Roberto Luiz Cottica (Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio
22 Brilhante – AEARB), Lucio Damalia (Sindicato Rural de Dourados), Erico Paredes
23 (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul – FIEMS), Maria Aparecida Furtuoso
24 Gomes (Prefeitura Municipal de Glória de Dourados), Flávia Pedron Machado (Empresa
25 de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL), Luiz Alberto Ávila Silva Júnior
26 (Prefeitura Municipal de Navirai), Adriano Jandrey (Prefeitura Municipal de Novo
27 Horizonte do Sul), Murilo Franciscon Ricardo (Sindicato Rural de Anaurilândia), Paulo
28 Eduardo Lima (Associação dos Irrigantes do Estado de Mato Grosso do Sul – AEMS),
29 Daniele Coelho Marques (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS –
30 FAMASUL), Divaldir Fialho (Prefeitura Municipal de Ivinhema), Werner Semmelroth
31 (Associação dos Produtores de Bioenergia de MS – BIOSUL), Antonio Luiz Neto Neto
32 (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários – ANDAV),
33 Bruno Pimenta Dias (Fundação Nacional do Índio – FUNAI), Rogério Thomitão Beretta
34 (Sec. de Meio Ambiente, Desen. Econômico, Produção e Agricultura Familiar –
35 SEMAGRO), Dany Corrêa do Espírito Santo (Associação dos Produtores de Soja de Mato
36 Grosso do Sul – APROSOJA), Haroldo Pradela (Fundação para Pesquisa e Difusão de
37 Tecnologia Agropecuária - FUNDAÇÃO MS), Amin Peres Ibrahim (Prefeitura Municipal
38 de Batayporã), Otávio Vieira de Melo (Sindicato Rural de Itaporã). **Convidados:** Leonardo
39 Sampaio Costa (IMASUL), Márcia Caires (IMASUL), Fabiano Fernandes, Luciano
40 Jikimura (IMASUL), Cláudio Barbosa da Cruz Júnior (IMASUL). Antes de iniciar a pauta,
41 o presidente Sidenei Tambosi deu a posse para os seguintes membros: Lúcio Damalia
42 (Sindicato Rural de Dourados), Dany Corrêa do Espírito Santo (APROSOJA), e Amin
43 Peres Ibrahim (Prefeitura Municipal de Batayporã), Adriano Jandrey (Prefeitura Municipal
44 de Novo Horizonte do Sul), cita também a posse na Câmara Técnica de Assuntos Legais e
45 Institucionais, Giovana Dias Zampieri de Omena (FAMASUL). **1 - Aprovação da Ata da**
46 **32ª Reunião Ordinária**– O Presidente Sidenei Tambosi perguntou aos membros se
47 receberam a Ata por e-mail e colocou para aprovação, na qual tiveram contribuições de
48 Daniele Coelho Marques (FAMASUL), para correções do texto, visto a necessidade de
49 detalharmais as apresentações, os encaminhamentos e as participações dos membros. Depois
50 de feito as correções foi colocada em aprovação, ficando aprovada por unanimidade. O



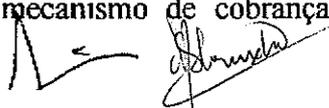
51 presidente deu a sequência na pauta com o próximo item falando que seria apresentado pelo
52 Presidente do CBH Araguari, **Bruno Gonçalves dos Santos**; **2- PALESTRA: Arbitragem**
53 **sobre Conflitos na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.** Bruno Gonçalves dos Santos, é
54 engenheiro civil e sanitarista, atuando também no poder público municipal (Prefeitura
55 municipal de Araguari-MG) a mais de 15 anos e Presidente do CBH Araguari. Iniciou a
56 apresentação falando das legislações e normativas que dão amparos legais e especificações
57 em áreas declarada de conflito. Começando pelo decreto nº 47.705, de 4 de setembro de
58 2019, estabelecendo normas e procedimentos para a regularização de uso de recursos
59 hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais. Menciona também a Portaria - IGAM nº
60 48, de 04 de outubro de 2019, estabelecendo normas suplementares para a regularização
61 dos recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais, muito esperada, que
62 estabelece os critérios que serão utilizados pelo órgão na concessão da outorga de direito
63 para o uso de recursos hídricos no estado. Essa portaria unifica as normas sobre o processo
64 de outorga, o que facilita o entendimento e consulta do usuário, deixando mais claras as
65 regras a respeito do tema. Fala também da Portaria do IGAM nº 26, de 05 de junho de
66 2020, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, que instituiu a Comissão Gestora
67 Local – CGL no âmbito do processo de outorga coletiva de direito de uso de recursos
68 hídricos superficiais em áreas declaradas de conflito pelo uso dos recursos hídricos e
69 estabelece estrutura e atribuições definidas pela presente portaria. Contudo, foi atualizado o
70 regimento interno de todos os comitês de Minas Gerais. Em seguida, Bruno argumenta
71 adaptações tomadas em virtude das novas adequações, legitimando que o comitê tem a
72 função de arbitrar em primeira instância esses conflitos. A portaria abre caminho para que
73 os próprios usuários que tinham outorga vigente antes da declaração de área de conflito
74 definam, entre eles, as condições para que cada um faça parte de uma mesma outorga
75 coletiva, buscando o consenso para o atendimento de cada demanda com a quantidade de
76 água disponível na bacia hidrográfica. A criação da CGL é uma das etapas do processo de
77 outorga coletiva, voltada para as áreas de conflito, estando mais participativa, moderna e
78 simplificada; a partir de uma série de mudanças na legislação. As mudanças trazidas pelas
79 normas citadas anteriormente estabeleceram um fluxo para o processo de outorga coletiva,
80 que começa pela Declaração de Área de Conflito (DAC). Essa declaração é emitida pelo
81 Igam quando é confirmada a situação de indisponibilidade hídrica em determinada porção
82 do território, que precisa ser aferida pelo balanço hídrico de vazões outorgadas. Nesse
83 caso, é configurado o conflito quando a demanda pelo uso dos recursos hídricos de uma
84 porção hidrográfica, seja superior à quantidade de água disponível, que o Igam trata como
85 vazão outorgável. A partir daí, cria-se um processo único, que é seguido de uma portaria
86 única com todas as outorgas individuais que estavam vigentes e também as que estavam
87 em processo de análise. O próximo passo é a convocação dos usuários para instituição da
88 Comissão Gestora Local, que é a responsável por elaborar o Termo de Alocação de Água.
89 Esse termo é a base para a formalização de um processo de outorga coletiva. O Igam então
90 faz a análise técnica desse processo. Se houver consenso entre os usuários, o processo
91 segue para a decisão do órgão ambiental. Se não houver a concordância entre os usuários,
92 o comitê de bacia aprova uma proposta de alocação e o processo segue para decisão do
93 IGAM. Bruno finaliza dizendo que está à disposição para eventuais dúvidas. O Presidente
94 Sidinei Tambosi, pergunta se existe dúvidas ou perguntas, podendo ser feitas naquele
95 instante ou via chat. E em seguida faz colocações, dizendo que entendeu que a área de
96 conflito envolve primeiro o órgão gestor ambiental, usuários e comitês. Pergunta a Bruno
97 como funciona dentro do comitê essa análise de processo. Bruno responde que pode ser
98 criado grupo de trabalho dentro da câmara técnica em específico para essa análise, e como
99 todo esse processo é novo, ainda não foi necessário fazer essa criação. Daniel pergunta se
100 as comissões de gestão têm a consciência que a outorga é o único instrumento da lei de



101 recursos hídricos, que trata da prerrogativa exclusiva do estado, em função de ser um bem
102 de domínio público. Como as comissões lidam. Em resposta, o palestrante fala que as
103 comissões têm essa consciência e conta com participação dos próprios usuários para inibir
104 os conflitos. Sidenei Tambosi pergunta como está o nível de conflito na bacia. Bruno fala
105 que ainda não tem uma quantidade grande de área declarada de conflito. Claudete de F.P. de
106 S. Bruschi, questiona Bruno se existe uma minuta específica a ser seguida quando é
107 declarado área de conflito. Bruno fala que cada caso é um caso, devendo ser analisado cada
108 um de maneira distinta. Leonardo S. Costa/Gerente de Recursos Hídricos do Imasul/MS,
109 parabeniza Bruno pela apresentação e importantes experiências trazidas a essa reunião.
110 Dizendo que já tem algumas áreas de conflitos na bacia do rio Ivinhema, citando o Córrego
111 Baile, nas proximidades da região urbana onde atualmente se tem alguns conflitos.
112 Leonardo agradece ao Presidente Sidenei Tambosi por trazer o palestrante. Fecha sua fala
113 perguntando a Bruno como está a situação da cobrança no CBH – Araguari. O Palestrante
114 diz que tem a cobrança implementada desde 2005. O estado de Minas Gerais decretou que
115 todos os comitês do estado, teriam que implementar a cobrança, dando prazo de um ano,
116 onde foi prorrogado por mais um ano. Existe três unidades de planejamento (três comitês),
117 que fazem parte do Rio Paranaíba, o único comitê que tem implementado cobrança é o
118 comitê do Araguari. Foi visto a necessidade de padronizar essa cobrança nos três comitês,
119 e estão trabalhando para tal fim. Faz um convite aos presentes para participar de uma
120 reunião com palestra de cobranças no estado de Minas, que posteriormente se autorizou
121 pelo Presidente Sidenei Tambosi, deixará o link para os participantes dessa reunião. O
122 Presidente diz a Bruno, para enviar a Claudete de F.P. de S. Bruschi, pois a mesma tem o
123 contato de todos e pode reenviar. Dando continuidade passa ao próximo item da pauta. 3-
124 **Discussão Sobre o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema Aprovado em 2015 -**
125 **Vigente Até 2030– José Daniel de Freitas (UFGD);** O presidente passa a palavra para
126 José Daniel onde inicia dizendo que houve alguma confusão no agendamento, teria dito
127 para Claudete que não daria para apresentar, pois está com muitas disciplinas de inverno
128 impossibilitando sua apresentação neste momento. Tambosi diz não ter recebido este
129 comunicado, então Claudete fala que não teve tempo hábil para afinar os detalhes com José
130 Daniel nas últimas semanas, mas faz um alerta sobre a atualização do Plano de Bacia, por
131 ser uma meta do Programa do PROCOMITÊ, de suma importância tratar desse tema, onde
132 foi uma demanda de alguns membros. José Daniel sugeriu convocar uma reunião
133 extraordinária para tratar desse assunto mais detalhadamente, tendo como pauta principal
134 apresentação, oficinas e grupos de trabalhos, visto que esta atualização é bem complexa.
135 Mônica de Queiroz Souza (SANESUL), pede a palavra ao presidente e coloca um
136 questionamento a Claudete, objetivamente essa reunião seria para tratar da revisão do
137 Plano, Claudete diz que não, como dito anteriormente, esta atualização foi uma solicitação
138 principalmente do Daniel de retomar as ações, discussões do que está previsto no plano,
139 alegando não ter sido feito nada praticamente. Claudete discorda do pensamento de Daniel
140 no tocante a “nada feito praticamente”. Mônica (SANESUL) disse que está acompanhando
141 os estudos de Enquadramentos, e informou que dentro do Plano de Bacia
142 os enquadramentos só não estão falando o nome das bacias, mas que está sendo feito fazendo
143 bastante coisas, por exemplo as capacitações. José Daniel explica que, em sua concepção,
144 vem acompanhando as reuniões e suas evoluções a respeito da atualização do programa de
145 Educação Ambiental e de Comunicação e relata que a identificação do maior conflito no
146 nosso plano hoje é a agricultura ocupando área de preservação permanente com 45% de
147 APP, e se essa ocupação diminuiu para 42% ou aumentou para 50%, o que foi feito com
148 relação a esses conflitos? Esses conflitos já tinham sido identificados na elaboração do
149 Plano. Posteriormente no plano foram levantados, elencados e colocados, como programas
150 para serem abordados, objetivando sempre as melhorias das bacias em qualidade e



151 quantidade dos recursos hídricos, sendo necessário o olhar de todos, bem como de uma
152 câmara técnica, pois tem que ter esse olhar para o plano, ou senão o Plano deixa de ser um
153 plano, e passa a ser uma peça de estante, de prateleira. Daniel então sugeriu que o plano não
154 tenha uma atenção só quando estiver no término de sua vigência e sim em todas as
155 reuniões deste comitê. O presidente Sidinei Tambosi fala dos encaminhamentos deixando
156 o tema para pauta da próxima reunião, onde Daniel faz uma apresentação do tema e propõe
157 a formação de um grupo de trabalho, e pergunta se todos concordam. Mônica mostra-se
158 muito preocupada com a complexidade quando se fala em revisão ou atualização do plano.
159 Leonardo da Costa Sampaio explica que o que se pode fazer é um diagnóstico físico na
160 bacia não tão detalhado, analisando o que pode ser feito e se mudou alguma coisa. O
161 principal diagnóstico a ser feito é o que já foi executado, ou não e propor novas ações.
162 Leonardo também se mostra muito preocupado a respeito de onde sairá o recurso para
163 contratação de uma empresa para essa atualização, já que, não vê possibilidade do comitê
164 realizar essas atividades de fazer atualizações, diagnósticos e propor novas ações a serem
165 implementadas e assim avançar com os trabalhos do comitê. Ficando encaminhado que
166 essa pauta irá para próxima reunião. O presidente dá continuidade agradecendo aos
167 participantes presentes e passando para o próximo assunto da pauta. **4 - Discussão da**
168 **Meta do PROCOMITÊ - Componente V: Instrumentos (indicador V.4-Estudos para**
169 **implementação de Cobrança) – Leonardo S. Costa/Gerente de Recursos Hídricos do**
170 **Imasul;** O presidente passa a palavra para Leonardo Sampaio Costa (Geógrafo, fiscal
171 ambiental, Gerente de Recursos Hídricos - IMASUL) e (vice-presidente do CBH –
172 Paranaíba), iniciou sua apresentação com um slide sobre o que é o PROCOMITÊ,
173 constituído pela Agência Nacional de Água (ANA), lançado em 2016 para promover o
174 aprimoramento dos comitês de bacias, o programa foi desenvolvido pela ANA a partir da
175 observação de que no Brasil existia mais de 200 comitês instalados, dados levantados em
176 2016. Grande parte do Brasil cerca de 79% dos municípios brasileiros já tinham comitês
177 instalados e 83% da população já estavam em área que era influenciado por comitê, mas
178 mesmo assim ainda faltavam muitas coisas dentro desses comitês, a ANA percebeu que
179 dos 200 comitês somente 53% tinham planos elaborados e 14% estavam em elaboração, ou
180 seja, no máximo 67 tinham planos de bacias elaborados ou em elaboração e o número
181 menor de instrumentos que eles tinham implementado era o de cobrança de 17% dos
182 comitês e 3% estava sendo implementada. Mediante a um apanhado de perguntas e
183 respostas, foi feito um diagnóstico e levantado diversas fragilidades identificadas. Sendo
184 assim a ANA criou o PROCOMITÊ, com as seguintes diretrizes; - um programa de
185 abrangência nacional com duração de cinco anos; - os comitês que poderiam participar
186 seriam os que foram criados até aquela data em 2017; - adesão tinha que ser voluntária; -
187 ter suporte financeiro da ANA (suporte com caráter complementar condicionado a cumprir
188 metas); - ter sua fonte de recurso própria; - aplicação desse dinheiro teria que ser
189 exclusiva em favor dos comitês de bacias e a capacitação deve ser orientada por um
190 programa nacional, programa este desenvolvido pela ANA - desenvolve RH. Foi
191 apresentado slides com os níveis de fragilidades e evoluções que se espera dos comitês no
192 final de 5 anos, entre seus níveis e metas. Mostra também que a adesão do CBH Ivinhema
193 ao programa foi em 2016 e que o Sidinei Tambosi já era presidente do comitê. Leonardo
194 enfatiza com explicações a importância do instrumento de cobrança e faz uma introdução
195 dizendo que o instrumento de cobrança foi inspirado na experiência francesa e ela é uma
196 grande inovação dentro das políticas institucionais do Brasil como um todo, ela não é um
197 imposto, mas sim uma cobrança por um bem de uso público, a lei fala que a água é um
198 bem público e utilizando desse bem público é cobrado um preço por esse uso. Explicando
199 também as competências dos Comitês de aprovar o plano de bacias, propõe ao conselho de
200 recursos hídricos os usos insignificantes e ele mecanismo de cobrança e valores de



201 cobrança, posteriormente aprovando aplicações. Leonardo menciona o porquê deve se
202 cobrar, primeiro porque está na lei, segundo a cobrança dá um valor econômico para água,
203 sendo que a água é um bem finito, ajuda na racionalização e outros. Os que mais pagam
204 pelo uso de recursos hídricos em comitês de bacias federais são os usuários de saneamento,
205 explicita também onde está sendo investido os valores arrecadados com as cobranças já
206 existentes. Finalizou a apresentação dizendo que das informações levantadas no geral, a
207 cobrança traz benefícios para bacia e a arrecadação volta para bacia e só se tem benefícios.
208 Bruno(FUNAI) questiona que tem receio de o governo segurar o recurso. Leonardo fala
209 que não vê vantagem em hipótese nenhuma do governo segurar o recurso, uma vez que o
210 mesmo será perdido no próximo ano se não usar, e mais, porque segurar um recurso que
211 não é dele. Sabendo também que esse recurso não faz diferença para o Governo do Estado,
212 deve-se pegar os bons exemplos, dos comitês que já tem está implementação da cobrança.
213 AntônioLuiz Neto Neto (ANDAV), faz uma ressalva lembrando do programa
214 FUNDERSUL, programa este que seus recursos não foram totalmente aplicados para os
215 devidos fins. Leonardo fala que são coisas distintas, FUNDERSUL é um imposto e a
216 cobrança é um preço público. Dizendo também que o imposto, o governo pode utilizar para
217 o que quiser, diferente do preço público, que não pode, e quem fez as regras do
218 FUNDERSUL foi o governo, já a cobrança quem está tendo a oportunidade de fazer é o
219 comitê. Luiz Alberto Ávila Silva Júnior (Prefeitura Municipal de Naviraí), faz o uso da
220 palavra, e propõe que o tema já deveria sair desta reunião com alguns encaminhamentos. O
221 presidente diz que todos estão aqui para isso mesmo, discutir o assunto. Erico Paredes
222 (FIEMS), pede a palavra ao presidente, e faz um complemento a palestra com informações
223 relevantes sobre o papel de sustentabilidade exercida pelas indústrias no estado. Leonardo
224 comenta dizendo, que também tem dados de outros comitês, onde a cobrança diminuiu em
225 30% os valores outorgados, e na maioria das bacias a cobrança maior vem em 1º lugar do
226 saneamento, ficando com o 2º lugar as indústrias. Mônica de Queiroz Souza (SANESUL),
227 complementa as contribuições de Leonardo e Erico, sobre a importância e oportunidade
228 que o comitê está tendo para a implementação da cobrança. Danilton Luiz Flumignan
229 (EMBRAPA), agradece a todos e questiona o Leonardo se a cobrança no viria a
230 inviabilizar a agricultura irrigada no estado. Leonardo diz que, em análise os dados já
231 apresentados, tem comitês com a cobrança implementada, a menor parcela é da agricultura
232 e irrigação. O presidente finaliza a pauta propondo para próxima reunião a pauta sobre
233 Plano de Bacia ou sobre Cobrança. Houveram contribuições e ficou definido, será criado
234 um grupo de trabalho para explorar mais sobre cobrança de recursos hídricos, sendo
235 composto por membros que manifestar interesse mediante resposta de ofício a ser
236 elaborado e enviado pela secretaria executiva do IMASUL5 - **Proposições de Revisão e**
237 **das Alterações no Regimento Interno do CBH Ivinhema e encaminhamentos as**
238 **Câmara Técnicas;** Sidinei Tambosi, apresenta três proposições para adequar o regimento
239 do CBH Rio Ivinhema, para atual realidade, sendo os artigos 14, 37 e 52. Tiveram
240 contribuições, e ficou definido os seguintes encaminhamentos, dentre 15 dias a
241 manifestação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e 30 dias a contar da presente data,
242 uma convocação de reunião extraordinária para deliberar as possíveis alterações. **8 -**
243 **Informes Gerais:** O presidente passa o uso para palavra para Rogério Thomitão Beretta
244 (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura
245 Familiar – SEMAGRO), traz a conhecimento de todos os membros que estão trabalhando
246 no Plano de Manejo e Conservação do Solo, obviamente, contando com a colaboração de
247 todos, visto que, é necessário o envolvimento para que consigamos avançar
248 significativamente. No dia 21 de julho terá uma visita na Itaipu, onde se almeja um pleito
249 de recursos especiais. A bacia do Rio Amambai e bacia do Rio Ivinhema, também
250 contribuem para o lago da Itaipu, onde a ampliação dos trabalhos é muito importante, com

251 foco em cima das áreas críticas, trazendo máquinas de apoio, técnico, para construção de
252 um trabalho forte de capacitação, junto aos técnicos da iniciativa privada dos órgãos
253 públicos e da conscientização dos produtores. Sidenei Tambosi da continuidade com os
254 informes referindo-se ao ofício da FUNAI, que fala sobre denúncia de possível delitos
255 ambientais e queda na qualidade da água do Córrego Três Tubos em Dourados-MS e queo
256 IMASUL tomará as medidas cabíveis em relação a fiscalização. O presidente passa a
257 palavra para Cornélia Cristina Nagel (Prefeitura Municipal de Nova Andradina), que inicia
258 cumprimentando a todos os presentes e diz ter recebido na data de ontem um convite de
259 mobilização para criação do comitê da Bacia do Rio Pardo, onde pediram ajuda para
260 divulgação, caso alguém queira participar será realizada uma reunião na sexta-feira dia 9
261 de julho de 2021, das 8:30h às 9:30h. Claudete de F.P. de S. Bruschi (IMASUL), finaliza os
262 informes gerais, agradece a todos e faz um reforço das capacitações e suas divulgações.
263 Agradece a todos pela participação nas ações realizada na Semana do Meio Ambiente.
264 Menciona também, e faz agradecimento a todos pela conquista do Estado de Mato Grosso
265 do Sul ter tirado 100% nas metas do PROCOMITÊS nos três comitês. **Encerramento.** Não
266 havendo outros assuntos a tratar, o presidente e a diretoria, agradecem a presença de todos
267 e encerram a reunião. Esta será assinada por mim, pelo presidente e em anexo a relação dos
268 membros presente que assinaram lista de presença, via formulário google e relacionadas na
269 presente Ata na verificação do quórum.

270
271
272
273
274



Sidenei Ambrosio Tambosi
Presidente do CBH Ivinhema

Campo Grande/MS, 06 de julho 2021.



Claudete da F. P. de S. Bruschi
Secretaria do CBH Ivinhema

275



CBH Ivinhema
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema

33ª Reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema

LISTA DE PRESENÇA

Carimbo de data/hora	NOME DO PARTICIPANTE	GÊNERO	FORMAÇÃO	NOME DO CURSO SUPERIOR	CIDADE	QUAL ENTIDADE REPRESENTA NO COLEGIADO	SEGMENTO QUE REPRESENTA	MEMBRO
7/6/2021 12:36:57	Carulina Gomes de Menezes	FEMININO	MESTRADO	Engenharia Ambiental	Dourados-MS	Prefeitura Municipal de	PODER PÚBLICO	SUPLENTE
7/6/2021 12:37:43	Danilton Luiz Flumignan	MASCULINO	DOUTORADO	Doutorado em Irrigação	Dourados-MS	Centro de Pesquisa Agropecuária do	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 12:37:59	JOSÉ DANIEL DE FREITAS FILHO	MASCULINO	MESTRADO	Geologia Bacharelado	Dourados-MS	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 12:40:16	Gustavo Becker Modesto Silva	MASCULINO	MESTRADO	Engenharia Ambiental	Caarapó - MS	Prefeitura Municipal de	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 12:39:49	Cornelia Cristina Nagel	FEMININO	MESTRADO	Engenheira Agrônoma	Nova Andradina-MS	Prefeitura Municipal de Nova	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 12:40:30	Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo	FEMININO	ESPECIALIZAÇÃO	engenharia ambiental	Campo Grande-MS	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 12:42:37	Tarcila Souza de Castro Silva	FEMININO	DOUTORADO	Zootecnia	Dourados-MS	Centro de Pesquisa Agropecuária do	SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE
7/6/2021 12:44:12	Niuza Maria Duarte Leite	FEMININO	SUPERIOR	Direito	Dourados-MS	Grupo Escoteiro Laranja Doce -	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 12:49:35	Sidenei Ambrosio Tambosi	MASCULINO	SUPERIOR	Agronomia	Rio Brillhante-MS	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de MS -CREA-MS	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR

7/6/2021 12:51:44	Dulcélya Mônica de Queiroz Souza	FEMININO	MESTRADO	Engenharia Ambiental	Campo Grande-MS	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - SANESUL	USUÁRIOS	SUPLENTE
7/6/2021 12:53:12	Juari Farias de Jesus	MASCULINO	MESTRADO	Engenharia de Produção	Ivinhema-MS	Sindicato das Industrias de Geração de	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 12:54:57	Roberto Luiz Cottica	MASCULINO	ESPECIALIZAÇÃO	Agronomia	RIO BRILHANTE-MS	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brilhante - AEARB	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 12:55:15	Lucio Damalia	MASCULINO	MÉDIO	Técnico Agrícola	Santa Rita do Passa Quatro-MS	Sindicato Rural de Dourados	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 9:02:55	Erico Paredes	MASCULINO	SUPERIOR	Engenharia ambiental	Campo Grande-MS	Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul -	USUÁRIOS	TITULAR
7/6/2021 9:05:18	Maria Aparecida Furtuoso Gomes	FEMININO	ESPECIALIZAÇÃO	Biologia	Glória de Dourados-MS	Prefeitura Municipal de	PODER PÚBLICO	SUPLENTE
7/6/2021 9:06:05	Flávia Pedron Machado	FEMININO	ESPECIALIZAÇÃO	Engenharia Ambiental	Campo Grande-MS	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - SANESUL	USUÁRIOS	SUPLENTE
7/6/2021 9:06:22	Luiz Alberto Ávila Silva Júnior	MASCULINO	SUPERIOR	Direito	Naviraí-MS	Prefeitura Municipal de	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 9:07:02	Adriano Jandrey	MASCULINO	ESPECIALIZAÇÃO	GEOGRAFIA	Novo Horizonte do Sul-MS	Prefeitura Municipal de Novo	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 9:07:38	MURILO FRANCISCON RICARDO	MASCULINO	SUPERIOR	AGRONOMIA	Anaurilândia-MS	Sindicato Rural de Anaurilândia	USUÁRIOS	TITULAR
7/6/2021 9:12:19	Paulo Eduardo Lima	MASCULINO	ESPECIALIZAÇÃO	Engenharia Agrônômica	Nova Andradina-MS	Associação dos Irrigantes do Estado de Mato Grosso do Sul -	USUÁRIOS	SUPLENTE
7/6/2021 9:12:23	Daniele Coelho Marques	FEMININO	DOUTORADO	Engenharia agrônômica	Campo Grande-MS	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS -	USUÁRIOS	TITULAR

7/6/2021 9:13:30	Divaldir Fialho	MASCULINO	SUPERIOR	Ciências Biológicas	Ivinhema -MS	Prefeitura Municipal de	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 9:13:58	werner semmelroth	MASCULINO	ESPECIALIZAÇÃO	Engenharia Agronomica	Dourados-MS	Associação dos Produtores de Bioenergia de MS - BIOSUL	USUÁRIOS	TITULAR
7/6/2021 9:20:47	ANTONIO LUIZ NETO NETO	MASCULINO	MESTRADO	Agronomia	Dourados-MS	Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas	SOCIEDADE CIVIL	TITULAR
7/6/2021 9:35:29	bruno pimentas	MASCULINO	SUPERIOR	ciências sociais	DOURADOS-MS	Fundação Nacional do índio -	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 9:48:56	Rogério Thomitão Beretta	MASCULINO	SUPERIOR	Engenharia Agrônômica	Campo Grande-MS	Sec. de Meio Ambiente, Desen. Econômico, Produção e	PODER PÚBLICO	SUPLENTE
7/6/2021 9:55:05	Dany Corrêa do Espírito Santo	MASCULINO	ESPECIALIZAÇÃO	AGRONOMIA	CAMPO GRANDE-MS	Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul -	USUÁRIOS	SUPLENTE
7/6/2021 10:19:50	Claudete de F. P. de S. Bruschi	FEMININO	ESPECIALIZAÇÃO	Geografia	Campo Grande-MS	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 10:41:38	Haroldo Pradela	MASCULINO	SUPERIOR	Engenharia Agrônômica	Douradina-MS	Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agropecuária -	USUÁRIOS	TITULAR
7/6/2021 11:00:00	Amin Peres Ibrahim	MASCULINO	SUPERIOR	Letras	Bataypora-MS	Prefeitura Municipal de	PODER PÚBLICO	TITULAR
7/6/2021 8:41:10	Otávio Vieira de Melo	MASCULINO	ESPECIALIZAÇÃO	Engenheiro Agrônomo Pós Graduação- Especialização em irrigação e	Itaporã -MS	ndicato Rural de Itapo	USUÁRIOS	TITULAR

